

DECLARAÇÃO PRESIDENCIAL SOBRE O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA NO MERCOSUL

Os Presidentes da REPÚBLICA ARGENTINA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DA REPÚBLICA DO PARAGUAI E DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, Estados Partes do MERCOSUL, reunidos na cidade de Santa Fé, por ocasião da LIV Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum.

Reafirmam os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e seus Protocolos.

Reiteram o expressado na Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, em 25 de junho de 1996.

Ratificam o disposto no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, assinado em 24 de julho de 1998, que estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração entre os Estados Partes do MERCOSUL.

REITERANDO o compromisso com a promoção, a defesa e a proteção da ordem democrática, do estado de direito e suas instituições, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais como condições essenciais e indispensáveis para o desenvolvimento do processo de integração e para a participação no MERCOSUL.

Consideram que são elementos essenciais da democracia representativa, entre outros, o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, o acesso ao poder e seu exercício ajustado ao estado de direito; a celebração de eleições periódicas, livres, justas e baseadas no sufrágio universal e secreto como expressão da soberania do povo; o regime pluralista dos partidos e organizações políticas; e a separação e a independência dos poderes públicos.

Também, entendem que são componentes fundamentais do exercício da democracia: a transparência das atividades governamentais, a probidade, a responsabilidade dos governos na gestão pública, o respeito pelos direitos sociais e a liberdade de expressão e de imprensa. A subordinação constitucional de todas as instituições do Estado à autoridade civil regulamente constituída e o respeito ao estado de direito de todas as entidades e setores da sociedade são igualmente fundamentais para a democracia.

Santa Fé, 17 de julho de 2019.